

Rocinha quer brilhar no carnaval

Eleição: união é tanta que não existe oposição

Depois de ter subido ao pódio no carnaval passado — quando foi a campeã do grupo de acesso —, a Acadêmicos da Rocinha esquentará os tambores para brilhar na Avenida Rio Branco. Para isto, a diretoria da escola promete não poupar fôlego nem dinheiro: o desfile de 1990 deverá custar cerca de NCZ\$ 300 mil, ou seja, três vezes mais que o desfile anterior.

O "dono" da festa é o carnavalesco Joãozinho Trinta, que comanda o desfile do Grêmio Recreativo Escola de Samba Acadêmicos da Rocinha desde a sua fundação, no ano passado. O "padrinho" da agremiação, Luiz Carlos Batista, diz que a escola entrou no jogo para ganhar.

— Vamos mostrar a formação do povo brasileiro a partir do índio, do branco e do negro. A união dessas três raças resultou no Brasil de hoje e o Joãozinho, não tenho a menor dúvida, tem uma série de tru-

ques guardados para o desfile.

O Presidente da escola, Ivan Martins, adianta que a Rocinha vai para a Rio Branco com cinco carros alegóricos (o máximo permitido às escolas do terceiro grupo), 13 alas — além das de baianas, de estrangeiros e da chamada ala do passo, com 50 pessoas —, duzentos ritmistas e cerca de 1,7 mil componentes. A Acadêmicos da Rocinha, no entanto, não vive só de carnaval. Aos domingos, a partir de 20h, organiza uma discoteca na garagem da empresa de ônibus Taú (na Estrada da Gávea 456) e, uma vez por mês, promove no mesmo local um baile com um artista famoso. Já se apresentaram Elza Soares, Conjunto Som Sete, Zeca do Trombone e Marcelo.

— Tem que ser alguém ligado ao funk. É o que a garotada prefere, pelo menos nessa época do ano — reconhece Ivan.

Além disto, a diretoria da escola está inves-

tindo desde o mês passado num projeto ambicioso: a construção de um ginásio coberto na Rua Um, que deverá ficar pronto em setembro. O espaço será destinado à prática esportiva — como basquete, vôlei e futebol de salão — e abrigará a quadra da escola. A obra está orçada em NCZ\$ 200 mil.

Após a conclusão da obra, o prédio onde fica a sede da Acadêmicos da Rocinha abrigará a creche — que já atende a 35 crianças —, a administração da escola de samba e o atendimento jurídico gratuito à comunidade, o que acontece sempre às quintas-feiras, entre 19h e 22h. No galpão vizinho, funcionará o ateliê da agremiação.

— O ginásio, que terá camarins, palco móvel e bar, está sendo construído com a mão-de-obra da comunidade. Mas muita gente não apóia o projeto, por considerá-lo faraônico. Isso só pode ser coisa de quem não acreditava no sonho — diz Ivan.

No calendário da Acadêmicos da Rocinha, agosto será um mês decisivo. A entrega dos sambas-enredo concorrentes está marcada para o dia 18 e, dez dias depois, haverá eleição para a Presidência da escola.

Engana-se, porém, quem pensa que a emoção marcará a disputa: o "patrono" Luiz Carlos Batista é candidato único. Desde março — quando faleceu o antigo Presidente, Ailton da Silva Roza — Ivan Martins, o Vice, assumiu o comando da agremiação. Ele explica porque não haverá eleição:

— Nosso estatuto determina que, para se candidatar a algum cargo, é preciso estar há pelo menos um ano na escola. Por isso, não existe oposição — explica Ivan.

O conselho deliberativo da Acadêmicos da Rocinha já foi escolhido. Luiz Carlos Batista diz que falta eleger o Presi-

dente e o conselho fiscal. Em agosto, também começarão os trabalhos no barracão para o desfile do próximo ano. As fantasias serão confeccionadas na Rocinha e os carros alegóricos no Pavilhão de São Cristóvão.

Antes mesmo da votação para Presidente, a escola — criada em 39

de março de 1983, resultado da fusão dos blocos Império da Gávea, Sangue Jovem e Unidos da Rocinha — vai receber a sinopse dos sambas-enredo. No dia 18 de agosto, os compositores entregarão os trabalhos à direção da Acadêmicos, que serão apresentados à comunidade em setembro.

VAMOS JUNTAR TODAS AS
FORÇAS NA LUTA, CONTRA A
DOENÇA DA ROCINHA.

Amabb e sua CONVENIÊNCIA COM O Povo

Os moradores da Rocinha já podem contar com o atendimento psicológico, graças a um acordo assinado entre o Hospital Pinel, em Botafogo, e a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Barcelos (AMAB). Com isso, a cadeia do Posto de Saúde da Amabb será provavelmente amplificada. O ambulatório já oferece serviços de odontologia, clínica geral, pediatria e fonoaudiologia. Além disso, há grupos de idosos e gestantes e sensibilização corporal e orientação sexual para adolescentes.

Para o convênio, pacien-

tes da Rocinha que necessitem de atendimento psiquiátrico poderão ser encaminhados ao Pinel. O serviço também será feito no sentido inverso: há a possibilidade de os internos do hospital virem a participar dos grupos de psicologia.

Além disso, o posto da Amabb continua oferecendo os serviços de rotina. Ele foi criado em agosto de 1983, para suprir parcialmente a carência de hospitais públicos e centros de saúde na Rocinha. Passados seis anos, o ambulatório se ressentiu com a sobrecarga de trabalho. Existem 3.762 famí-

lias cadastradas e nem sempre é possível atender a todas. O pedido de verba para ampliar as instalações foi enviado ao chefe da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS).

Essas não são os únicos problemas. Dos 21 agentes de saúde da SMDS, seis foram demitidos e outros transferidos para o Morro Dona Marta. Restam apenas três agentes da população que trabalham com a saúde de idosos, crianças e de 11h às 14h. O número de médicos também fica reduzido a três, além de dois dentistas.

MAIS UMA VEZ A
GENTE VÊ QUE O
PODER PÚBLICO
DEIXA DE CUMPRIR
O SEU PAPEL

Para a Vice-Presidente, saúde está em situação crítica

Segundo o Vice-Presidente da Associação de Moradores e Amigos do Bairro Barcelos, Roberto Silva, nesse momento a saúde na Rocinha é crítica:

— Até pouco tempo, o posto municipal da Rua... Um funcionava em meio expediente, por falta de alimentação para os funcionários. Nós aqui tivemos problemas com a falta d'água e com a greve dos servidores do Inamps, pois alguns dos nossos médicos trabalham no Hospital da Lagoa. Além disso, a Se-

cretaria municipal de Saúde não está mandando todo o material odontológico necessário, pois o custo é muito elevado.

Na opinião da agente Cristina Sangineto de Carvalho — que trabalha há um ano e meio como auxiliar de dentista no posto da Amabb —, o trabalho desenvolvido pela associação de moradores é pioneiro na Rocinha. Desde fevereiro, dez psicólogos vêm formando grupos de atendimento. O ambulatório pretende também

reeditar campanhas de saúde que fizeram sucesso no ano passado, como a da sarna, doença que, na favela, tem caráter epidêmico.

— A da sarna ocorreu em agosto e foi muito bem-sucedida. Promovemos apresentações de peças teatrais e distribuímos histórias em quadrinhos. No mês seguinte, tentamos a do lixão, que não deu certo. Mas sempre visitamos creches com a campanha do fluor, que procura ser preventiva — diz Cristina.

O atendimento odontológico do posto privilegia crianças acima de 3 anos de idade, sem, entretanto, deixar de lado o tratamento de adultos. Há quase dois anos, todas as consultas passaram a ser gratuitas, graças a um acordo com o Inamps, que passou a subvencionar os ambulatórios da Rocinha, do Chapéu Mangueira e do Dona Marta. Mas quase sempre a verba da Previdência chega com meses de atraso, corroída pela inflação.

Os grupos de psicologia são uma novidade no atendimento

Instituídos a partir de fevereiro deste ano, os grupos de psicologia são uma novidade no atendimento de saúde da Rocinha. Eles abrangem homens e mulheres de todas as idades. De acordo com Cristina Sangineto de Carvalho, o projeto foi desenvolvido por psicólogos cansados da rotina dos consultórios. Até mesmo os agentes e médicos do posto fazem terapia para se autoconecerem.

Cada grupo tem entre dez e 12 componentes. A auxiliar de dentista conta que o de idosos é formado por indivíduos carentes, que necessitam de companhia e carinho e precisam provar que ainda são úteis. Há ainda o de gestantes e o de

orientação sexual para adolescentes. O de sensibilização corporal foi dividido por idade em duas turmas e tem por objetivo trabalhar o medo, o escuro e os traumas.

Nesta semana, deverá começar a funcionar o grupo de mulheres. As turmas se reúnem na sede da Amabb e dividem o espaço com as aulas de taekwon-do e jazz, também oferecidas pela associação de moradores. O pessoal do posto de saúde aguarda a liberação de verbas para a ampliação do ambulatório, que conta com apenas três salas.

Além do atendimento específico, o posto aplica injeções e faz pequenas suturas.

Moradores querem melhorias também

Falta de saneamento básico, coleta de lixo deficiente, atendimento médico precário. Os sintomas de que há algo errado na favela provocaram, num grupo de moradores, o desejo de reverter essa situação. Três meses atrás eles formaram o "SOS — A Rocinha está doente", com o objetivo de melhorar as condições de vida na comunidade. As reuniões são sempre às terças-feiras, a partir de 9h, na Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem, na Estrada da Gávea.

Até agora, porém, quase nada efetivamente mudou. Segundo José Martins, o grupo elaborou um documento com as principais reivindicações da comunidade, que deveria ser entregue a Marcello Alencar durante a posse do novo Administrador Regional, Osni da Silva Braga. O Prefeito não compareceu à solenidade e o Coordenador das Regiões Administrativas, Otávio Leite, recebeu a carta.

— Já se passaram dois meses e, até agora, não obtivemos resposta. Di-

zem que a Prefeitura está sem dinheiro, mas os secretários ao menos podiam ouvir nossas reivindicações — opina José Martins.

Entre elas, estão a construção de escolas e de um centro médico, a canalização da água e a implantação de redes de esgoto. Além do ambulatório mantido pela Associação de Moradores e Amigos do Bairro Barcelos (Amabb) — com atendimento pediátrico e odontológico e clínica geral —, desde 1982 existe um posto de saúde do Município na Rua Um, que funciona precariamente.

Martins conta que, no posto, não há geladeira para armazenar vacinas e, por falta de alimentação, os funcionários só trabalham meio expediente. A maior parte da população da Rocinha se utiliza dos serviços do Hospital Miguel Couto, no Leblon, e do Centro de Saúde da Gávea.

Na educação, o quadro não é muito diferente. Em funcionamento, há duas escolas municipais e cerca de dez co-

no saneamento básico e limpeza

munitárias. O Governo estadual anunciou a construção de quatro creches, mas, até agora, só uma ficou pronta. Entregue ao Município na época em que Saturnino Braga era Prefeito, um Ciep deverá começar a funcionar ainda nesse mês:

— Não temos um dis-

trito de conservação nem postos da Light e da Comlurb. A coleta é feita em dias alternados e, mesmo assim, a Companhia só recolhe o lixo ensacado.

Apesar das reclamações de Martins, o atual Administrador da Rocinha, Osni da Silva Braga, diz que vem lutando para resolver alguns

problemas. Segundo ele, o documento com as reivindicações da comunidade foi repassado aos Secretários municipais, que estão sendo convidados a comparecer às reuniões do "SOS".

— Além disso, queremos transformar a Rocinha em bairro popular. Com isso, poderemos ter

um Projeto de Estruturação Urbana (PEU), limitar o gabarito para as construções e regularizar a posse dos terrenos. A favela está crescendo desordenadamente e o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) é caro demais — diz Osni, de 28 anos, nascido e criado na Rocinha.

Chuvas, um perigo que assusta 150 mil pessoas

Os aproximadamente 150 mil moradores da Rocinha — a maior favela da América Latina — temem os efeitos devastadores das chuvas. Em pelo menos dois pontos, toneladas de terra ameaçam deslizar sobre barracos e provocar tragédias. Entre os números 551 e 553 da Estrada da Gávea, o asfalto está cedendo e pedras podem rolar a qualquer momento. A situação é idêntica no 474 da mesma Estrada, assim como na Rua Dionéia.

Na semana passada o engenheiro Quintino Manoel do Carmo, da Secretaria municipal de Obras, fez vistorias em diversos pontos da favela. A SMO afirma que já estão sendo executados projetos de contenção na Rocinha, avaliados em NCZ\$ 2,833 milhões. Essa quantia foi adiantada pela Prefeitura por conta do empréstimo do Banco Mundial, ainda não liberado pela Caixa Econômica Federal.

A contenção de encostas é uma das principais reivindicações da comunidade da favela. José Martins de Oliveira, titular da 27ª Região Administrativa (Rocinha) e morador do local há 22 anos, diz que a drenagem da Estrada da Gávea poderá diminuir o risco de deslizamentos.

Na altura do número 551, a situação é crítica. Nos dias 10 e 11 de junho — quando ocorreu o último grande temporal no Estado —, as águas chegaram a um metro de altura e provocaram um deslizamento. A chuva fez um buraco na parede da casa de Aldemir e Maria de Fátima Araújo, que moram na Rocinha desde 1983. O vizinho Francisco Ribeiro Lima — que se mudou para a favela há dez meses e divide um barraco de um cômodo com a mulher, o filho e a família do cunhado — reclama de não ter para onde ir.

MONTAGEM DO GRUPO SOS ROCINHA ESTÁ DOENTE

Creche Maria Helena:

Como parte do programa Pró-Rocinha, foi inaugurada dia 5 último, a creche Maria Helena que irá atender a 65 crianças de até 5 anos. A nova unidade vai oferecer completo atendimento e utilizará mão-de-obra feminina da própria comunidade. Este projeto é desenvolvido pela Coordenadoria de Desenvolvimento Social do Estado em conjunto com o BNDES que destinou cerca de NCZ\$ 2 milhões para obras de melhoria na favela e abrangerá: saneamento básico, pavimentação de vias internas, obras de contenção e reforma da quadra de esportes.

A creche foi construída em três andares e possui berçários, salas de recreação, cozinha, sendo toda equipada com modernos utensílios. Seu custo foi estimado em cerca de NCZ\$ 100 mil. Além desta, três novas creches estarão prontas até setembro e beneficiarão mais 500 crianças. Estas unidades ficarão sob responsabili-

dade da Prefeitura e da LBA.

A instituição foi construída próximo ao Largo do Boiadeiro e integrantes da bateria da Escola de Samba Acadêmicos da Rocinha animavam a festa com uma vibrante batucada. O descerramento da placa inaugurativa foi feito por Ruth (irmã da líder comunitária Maria Helena assassinada há quase dois anos) que junto à Presidente da instituição Renata Viana, enalteceram as iniciativas do Governo na Rocinha.

Também estiveram presentes à solenidade os Secretários de Trabalho e Habitação Átila Nunes, de Polícia Civil Hélio Saboya e o representante do BNDES José Roberto Soeiro. Representando as organizações internacionais compareceram o cônsul americano para assuntos políticos Daniel Strasser e o cônsul da Itália Ignácio Di Pace. O Secretário Átila Nunes ressaltou a importância de projetos na área social.

65 crianças

O programa Pró-Rocinha teve início em julho de 1938 e já alcançou notoriedade internacional. O Secretário da Coordenadoria de Desenvolvimento Social, Nélson Moreira Franco, foi convidado para falar sobre o assunto em reunião da OIT (Organização Internacional de Trabalho), em Genebra. Depois deste contato, técnicos do exterior visitaram a favela para conhecer melhor o projeto. O entusiasmo foi muito grande:

— Na volta a Genebra, os técnicos da OIT entraram em contato com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e a Organização Mundial de Saúde que decidiram pela liberação de recursos na ordem de 7 milhões de dólares para Rocinha e assim poderemos ampliar as obras que estão sendo executadas — disse.

Nélson Moreira Franco destacou que a cre-

che Maria Helena é de grande importância para a comunidade, pois além da estrutura moderna e funcional, promove a geração de empregos e o aumento da renda familiar.

— Um dos compromissos básicos do Pró-Rocinha é a utilização maciça da mão-de-obra local, seja em obras de infraestrutura viária, de saneamento, construção de creches ou escolas.

Em seu terceiro mandato, o Presidente da Faferj (Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro) Irineu Guimarães, que também discursou durante a solenidade de inauguração, salientou que esta nova proposta político-social do Governo é mais abrangente porque resulta de uma perfeita integração com o povo. Ele informou que a Coordenadoria prevê o saneamento de 200 favelas.

Zé Boiadeiro: figura folclórica que virou ponto de referência

Quando Zé Boiadeiro — que, ao contrário do que o nome indica, era dono de um caminhão e de uma biroscas — foi morar na Rocinha, mais de 40 anos atrás, só havia mato no morro. Figura folclórica, ele andava de um lado para outro com um chapéu de cangaceiro, o que lhe rendeu o apelido.

Falecido em 1950, ainda hoje ele é lembrado na favela. A comunidade do Bairro Barcelos — onde fica o Largo do Boiadeiro — se encarrega de fazer progredir o comércio local, cujo pontapé inicial foi dado pelo falecido Zé. A viúva, Terezinha Viana de Souza, de 69 anos, ainda mantém um armazém na Rocinha, apesar de ter se mudado para a Avenida Bartolomeu no Leblon.

Sai da Rocinha quando minhas filhas casaram. É bom para trabalhar, mas não serve de moradia para uma senhora sozinha — diz ela.

O armazém de Terezinha vende um pouco de tudo, de enlatados a bebidas. A atividade comercial, aliás, é o forte do Largo do Boiadeiro. Dezenas de barracas oferecem comida, utensílios domésticos e

roupas. Segundo Antônio Ferreira de Melo, Diretor da Associação de Moradores e Amigos do Bairro Barcelos (Amabb), ali fica o centro nervoso da Rocinha e o principal ponto de referência da favela.

Exagero ou não, a afirmação é endossada pelo paraibano Otávio Balbino Alves, morador do Largo há 19 anos. Ele diz que o Boiadeiro é "a espinha dorsal da Rocinha" e "o local mais sadio da favela, onde só tem gente de responsabilidade".

— A noite, isso aqui fica bem movimentado. A feira livre aos domingos tem um toque bem nordestino; vende-se de tudo: desde rapadura e carne de porco até leite de vaca tirado na hora — conta.

Uma das principais atrações do largo são as barracas que vendem peixe seco, iguaria típica do Ceará. No negócio, especializou-se Francisco Antônio Lima, natural daquele estado. Carás, traíras e "fofinhas" são limpos e descansam ao sol, em processo semelhante ao bacalhau. Além disso, Francisco oferece queijo, feijão fradinho e rapadura. Há quem diga que o Nordeste fica ali, naquele trecho de São Conrado.

FAÇA VOCÊ TAMBÉM ALGO PARA FICAR NA HISTÓRIA
SERÁ MAIS UM LUTANDO PELA NOSSA COMUNIDADE.

Amabb assina convênio com Pinel

Os moradores da Rocinha já podem contar com atendimento psiquiátrico, graças a um convênio assinado entre o Hospital Pinel, em Botafogo, e a Associação de Moradores e Amigos do Bairro Barcelos (Amabb). Com isso, a capacidade do Posto de Saúde da Amabb será consideravelmente ampliada. O ambulatório já presta serviços de odontologia, clínica geral, pediatria e fonoaudiologia. Além disso, há grupos de idosos e gestantes e sensibilização corporal e orientação sexual para adolescentes.

Pelo convênio, pacien-

tes da Rocinha que necessitem de atendimento psiquiátrico poderão ser encaminhados ao Pinel. O serviço também será feito no sentido inverso: há a possibilidade de os internos do hospital virem a participar dos grupos de psicologia.

Além disso, o posto da Amabb continua oferecendo os serviços de rotina. Ele foi criado em agosto de 1983, para suprir parcialmente a carência de hospitais públicos e centros de saúde na Rocinha. Passados seis anos, o ambulatório se ressentiu com a sobrecarga de trabalho. Existem 3.762 famí-

lias cadastradas e nem sempre é possível atender a todas. O pedido de verba para ampliar as instalações repousa nos gabinetes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS).

Esses não são os únicos problemas. Dos 21 agentes de saúde da SMDS, seis foram demitidos e outros transferidos para o Morro Dona Marta. Restam apenas três, moradores da própria Rocinha, que trabalham de segunda a sexta, de 8h ao meio-dia e de 14h às 18h. O número de médicos também ficou reduzido a três, além de dois dentistas.

MAIS UMA VEZ A
GENTE VÊ QUE O
PODER PÚBLICO
DEIXA DE CUMPRIR
O SEU PAPEL

Para Vice-Presidente, saúde está em situação crítica

Segundo o Vice-Presidente da Associação de Moradores e Amigos do Bairro Barcelos, Roberto Silva, nesse momento a saúde na Rocinha é crítica:

— Até pouco tempo, o posto municipal da Rua Um funcionava em meio expediente, por falta de alimentação para os funcionários. Nós aqui tivemos problemas com a falta d'água e com a greve dos servidores do Inamps, pois alguns dos nossos médicos trabalhavam no Hospital da Lagoa. Além disso, a Se-

cretaria municipal de Saúde não está mandando todo o material odontológico necessário, pois o custo é muito elevado.

Na opinião da agente Cristina Sangineto de Carvalho — que trabalha há um ano e meio como auxiliar de dentista no posto da Amabb —, o trabalho desenvolvido pela associação de moradores é pioneiro na Rocinha. Desde fevereiro, dez psicólogos vêm formando grupos de atendimento. O ambulatório pretende também

reeditar campanhas de saúde que fizeram sucesso no ano passado, como a da sarna, doença que, na favela, tem caráter epidêmico.

— A da sarna ocorreu em agosto e foi muito bem-sucedida. Promovemos apresentações de peças teatrais e distribuímos histórias em quadrinhos. No mês seguinte, tentamos a do lixo, que não deu certo. Mas sempre visitamos creches com a campanha do flúor, que procura ser preventiva — diz Cristina.

O atendimento odontológico do posto privilegia crianças acima de 3 anos de idade, sem, entretanto, deixar de lado o tratamento de adultos. Há quase dois anos, todas as consultas passaram a ser gratuitas, graças a um acordo com o Inamps, que passou a subvencionar os ambulatórios da Rocinha, do Chapéu Mangueira e do Dona Marta. Mas quase sempre a verba da Previdência chega com meses de atraso, corroída pela inflação.

Os grupos de psicologia são uma novidade no atendimento

Instituídos a partir de fevereiro deste ano, os grupos de psicologia são uma novidade no atendimento de saúde da Rocinha. Eles abrangem homens e mulheres de todas as idades. De acordo com Cristina Sangineto de Carvalho, o projeto foi desenvolvido por psicólogos cansados da rotina dos consultórios. Até mesmo os agentes e médicos do posto fazem terapia para se autoconehcerem.

Cada grupo tem entre dez e 12 componentes. A auxiliar de dentista conta que o de idosos é formado por indivíduos carentes, que necessitam de companhia e carinho e precisam provar que ainda são úteis. Há ainda o de gestantes e o de

orientação sexual para adolescentes. O de sensibilização corporal foi dividido por idade em duas turmas e tem por objetivo trabalhar o medo, o escuro e os traumas.

Nesta semana, deverá começar a funcionar o grupo de mulheres. As turmas se reúnem na sede da Amabb e dividem o espaço com as aulas de taekwon-do e jazz, também oferecidas pela associação de moradores. O pessoal do posto de saúde aguarda a liberação de verbas para a ampliação do ambulatório, que conta com apenas três salas.

Além do atendimento específico, o posto aplica injeções e faz pequenas suturas.

O teatro entra em cena na Rocinha

Desde agosto de 1987, cinco moradores da Rocinha viraram personagens. Não das páginas de polícia dos jornais cariocas, mas do palco improvisado numa sala da Ação Social Padre Anchieta (Aspa), no Largo do Boiadeiro. São adolescentes que formam o grupo teatral Boca Aberta e ensaiam, sem pressa, o espetáculo "Direitos humanos já", escrito e dirigido por José dos Santos Souza, cujo nome artístico é Tayô Kaiê.

Grupo Boca Aberta ensaia muito para conquistar novos espaços

Após ter mostrado o espetáculo na Rocinha para um público de duas mil pessoas — no dia 11 de junho passado, durante um concurso de festas juninas —, o Boca Aberta quer agora conquistar novos espaços. Ele deverá participar de uma mostra de teatro de favela organizada por uma colega de faculdade de Tayô. Além disso, o grupo já esteve no HSE e no Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Econômico e Social (Ibrades). No próximo dia 30, voltará à Rocinha, para encenar a peça no Largo do Boiadeiro.

A censura interna da favela — "questão de vida ou morte", para Tayô — obriga a peça "Direitos humanos já" a recorrer a metáforas. Os cinco atores se vestem de clowns e pintam o rosto de branco e preto, a fim de deixar clara a questão do preconceito racial. Sem situar o espetáculo na Rocinha, o Boca Aberta fala de violência policial, miséria, governo, repressão e opressão.

O Diretor diz que não segue uma linha definida, mas se aproxima de Brecht. As vezes, Tayô tem a sensação de estar fazendo algo *déjà vu*, bem ao estilo dos anos 70. Mas logo percebe a diferença:

Tayô — que faz pós-graduação em direção e interpretação na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) — assumiu a liderança do Boca Aberta no início do ano passado. O grupo fora formado por um seminarista e, naquela época, estava ensaiando a comédia infantil "O planeta dos palhaços". O atual Diretor não gostou

do que viu e mudou radicalmente os rumos do quinteto, optando por um trabalho de caráter político-social.

— A peça não era adequada à realidade do grupo. Quis fugir do estilo cinematográfico-televisivo do "Xou da Xuxa" — diz Tayô, de 31 anos e morador da Rocinha há 17.

— A escrita é fragmentada e não existe papel principal. Abordamos os direitos humanos, o apartheid e a violência policial. Agora, queremos sair dos problemas da Rocinha e partir para uma linguagem mais geral. A peça está em constante transformação. Comecei a escrevê-la em abril do ano passado e acho que ainda não a concluí — constata Tayô, mineiro nascido em Topázio, distrito de Teófilo Otoni, que viu televisão pela primeira vez aos 15 anos.

— Estamos procurando um local na Rocinha para montar um teatro — diz ele.

A busca de novas platóias, entretanto, não significa o abandono das origens. Paralelamente

às apresentações em outros pontos da cidade, Tayô quer esgotar a peça na Rocinha. O Boca Aberta está em constante transformação, assim como a linguagem do espetáculo.

— Não estamos nos anos 70 porque agora falo abertamente. Mas, pelo menos na favela, não posso abandonar as metáforas.

As figuras de linguagem, porém, não impedem a compreensão. O Boca Aberta ficou surpreso quando se apresentou exclusivamente para empregadas domésticas.

— Do palco, o grupo tenta construir uma vida mais digna para os moradores da favela — ressalta Tayô.

No entanto, pouca coisa mudou na Rocinha até agora. As grandes transformações se processaram no comportamento dos cinco atores, todos moradores da favela. Para eles, uma palavra define as etapas do trabalho: conscientiza-

Aos poucos, os objetivos do Diretor vêm sendo alcançados. Escrito a partir de fevereiro do ano passado, o roteiro de "Direitos humanos já" mostra um pouco da vida na favela. Segundo Tayô, a inspiração surgiu a partir de alguns acontecimentos do ano passado na Rocinha, como o quebra-quebra no Túnel Dois Irmãos.

grupo. Agora quero conscientizar a população. O povo está sendo enganado e não percebe. Podemos mudar a realidade da favela aumentando nosso ritmo de trabalho — acredita Rodra.

Mudar a realidade é também o objetivo de Flávio Sumar de Lima, de 15 anos. Ele cursa a 5ª série da Escola Estadual Divina Providên-

cia, no Jardim Botânico, e trabalha como office boy no Banco de Boston, com salário de NCZ\$ 100 mensais. Desde que entrou para o Boca Aberta, em março de 1988, Flávio Sumar passou a ver a vida com outros olhos. Para ele, "a política é uma guerra e significa prometer e não cumprir".

Apesar da descrença nos políticos, Flávio e Rodrigo votariam em 15 de novembro se tivessem idade para isso. Francisco Carlos da Silva Magalhães, o Kiko Magalhães, de 19 anos, está em dúvida entre Lula e Brizola. Ele — que trabalha na distribuidora Fernando Chinaglia e abandonou os estudos na 7ª série — espera que o próximo Presidente respeite os direitos humanos:

— Antes de entrar para o teatro, eu não me importava com a situação do Rio e do Brasil. Aos poucos, fui descobrindo novos horizontes. Agora, quero ter o direito de fazer o que gosto e o que tenho vontade, sem medo.

ção.

O mais velho do grupo, Carlos Alberto Martins, de 22 anos — almoxarife do Hotel Nacional, estudante da 3ª série do Segundo Grau do Colégio André Maurois e filho de pais separados — diz que curou a timidez através do teatro. Primogênito de uma família de seis irmãos, Carlos Martins quer fazer vestibular para psicologia.

O Boca Aberta também despertou em Rodrigo José da Silva a vontade de mudar o *status quo*. Rodra — seu nome artístico — nasceu na Rocinha há 15 anos e é filho de carpinteiro e manicure. Ele mora no Campo da Esperança, um "valão" na favela, e em agosto começará um curso de patrulheiro bancário na Feem.

— Eu era muito bobo quando entrei para o

Rocinha: lição de educação comunitária

CLAUDIA MORETZ-SOHN

Educação na Rocinha é caso de polícia. A combinação de altos índices de analfabetismo com o pequeno número de estabelecimentos de ensino resulta num quadro desolador. Não há colégios estaduais e as quatro escolas municipais da favela — que, segundo a 27ª Região Administrativa (Rocinha), tem cerca de 250 mil habitantes — funcionam precariamente, com falta de professores e material.

A população, entretanto, não é indiferente ao problema. Nos últimos 22 anos, criou seis centros comunitários, que oferecem creches, berçários, pré-escola e até cursos profissionalizantes. Mas a medida está longe de resolver o problema educacional na favela: muitos professores não têm formação adequada ou sequer passaram do Primeiro Grau. O convênio assinado com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) prevê apenas o pagamento de pessoal, deixando de fora a reciclagem dos profissionais de ensino.

Mas, pelo menos na teoria, um avanço vem sendo dado pelos Governos estadual e municipal. As Secretárias de Educação do Estado, Fátima Cunha, e do Município Mariléa da Cruz, alegam falta de recursos para abrir novos colégios, mas reconhecem a importância das chamadas "escolas informais". Para Fátima Cunha, "às vezes o ensino comunitário está mais de acordo com a realidade da favela".

Ação Social Padre Anchieta: um centro pioneiro na região

Fundada há 22 anos, a Ação Social Padre Anchieta (Aspa) foi a pioneira na criação dos centros comunitários da Rocinha. Atualmente, ela tem três sedes — na Travessa da Luz 13, no Largo do Boiadeiro 4 e na Rua Dois 100 — e oferece cursos profissionalizantes, creche, pré-escola e alfabetização de adultos à noite. A Aspa conta com recursos em dinheiro da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e em alimentos da Organização Mundial de Pré-Escolar. A SMDS arca com o pagamento dos profissionais.

O mais bem estruturado centro comunitário da favela — que atende a 500 adolescentes nos cursos de profissionalização, 90 crianças na creche e na brinquedoteca e cem alunos na escolinha —, porém, não está livre das dificuldades. Até agosto do ano passado, a alfabetização dos adultos era realizada com o apoio da Fundação Educar (antigo Mobral). Sem qualquer explicação, o órgão suspendeu o pagamento dos profissionais, que hoje trabalham como voluntários. Para Clotilde da Silva, uma das coordenadoras da Aspa, a educação na Rocinha está longe do modelo ideal:

— A situação da Aspa é melhor do que a de outros estabelecimentos da favela. Mas, com relação à escola noturna, estar no mesmo barco desde que a Fundação Educar retirou o apoio financeiro. O Estado não assume a educação. Nossa creche tem 11 anos e só agora o Governo estadual inaugurou uma outra, a Maria Helena, com o apoio da LBA. Em toda a Rocinha, só existem três berçários.

Outro coordenador, Edmilson Izaú, vai mais além. Ele diz que os problemas abrangem os mínimos detalhes. Os alimentos enviados pela Organização Mundial de Pré-Escolar e pela LBA se limitam, basicamente, a sacos de arroz e feijão. Temperos e complementos são comprados com recursos da própria Aspa nos supermercados.

Apesar disso, a Ação Social Padre Anchieta procura trabalhar da forma mais profissional possível. A mão-de-obra é recrutada, de preferência, na própria comunidade e recebe pelo serviço. Nessa situação está Tereza da Silva, uma das funcionárias da Aspa, que mora na Rocinha há 40 anos. Para trabalhar no berçário — que recebe, em média, 20 bebês por dia —, ela fez um estágio durante 15 dias e foi efetivada em 1987.

— O ensino na Rocinha deixa muito a desejar, mas as coisas estão caminhando aos poucos. Quando vim morar aqui, não havia nada. Vi nascer a creche da Aspa. Hoje, meus filhos já estão crescidos e meus três netos frequentam outra creche, a Maria Maria. A educação é função do Governo e da comunidade em geral — opina Tereza.

FALTA O PODER PÚBLICO
FAZER A SUA PARTE

Professores enfrentam diversas dificuldades

O Centro Comunitário da Rua Quatro é mais uma prova da luta pela educação informal na Rocinha. No seu pequeno espaço, estão matriculadas no pré-escolar cem crianças de até 6 anos. Quinze adolescentes fazem o curso de crochê.

— A educação, precária, é produto de um grande esforço. Estamos lutando para melhorar, mas a comunidade tem que correr atrás — constata Rosemary dos Santos, agente de educação há cinco anos.

Rosemary representa o perfil dos professores dos centros comunitários. Casada, mãe de um filho de 2 anos — que fica durante o dia na creche da Aspa —, ela recebe R\$ 150 mensais para trabalhar de segunda a sexta, das 8h às 12h. Não é raro ficar na Rua Quatro depois do expediente, preparando a aula do dia seguinte.

Como a maior parte dos outros agentes de educação da Rocinha, ela sequer completou os estudos. Frequentou escolas municipais de outros bairros — Luis Delfino, na Gávea; Manoel Cicero, no Jôcoai, e Inácio Azevedo do Amaral, no Jardim Belarmino — e teve que interromper a vida escolar para ingressar no mercado de trabalho.

— Falta dinheiro para comprar os livros. Mas espero que meu filho tenha uma educação melhor.

Moradores querem conseguir mais unidades de Primeiro Grau

Diante do alto índice de analfabetismo na Rocinha — também constatado por Custódia Vieira, membro da Comissão de Pais e Alunos do Ciep Bento Rubião —, estudar na favela é um privilégio. Consciente disso, a comunidade luta pela democratização do ensino, através da criação de mais escolas de Primeiro Grau.

Segundo o ex-Administrador Regional José Martins, a batalha já começou. Os moradores da Rocinha reivindicam uma escola de Primeiro Grau perto da Auto-Estrada Lagoa-Barra, onde o Governo estadual já instalou as fundações para mais um Ciep.

— O Estado quer construir ali um Ciep de Segundo Grau. Mas, na Rocinha, quem mais precisa de escola são as crianças.

Professor de História da rede estadual, o Vice-

Presidente da Amabb, Roberto Silva, aponta outra reivindicação da favela: a construção de uma escola municipal em um terreno que está à venda na Estrada da Gávea. Segundo o líder comunitário, a Prefeitura já deu sinal verde para o projeto. Se for levado adiante, ele representará uma solução para a falta de espaço da Pastor Belarmino, que deverá ser transferida para o novo prédio.

Também o atual Administrador da Rocinha, Osni da Silva Braga, está empenhado em melhorar o ensino na região. Para isso, conseguiu, junto à Prefeitura, a cessão de um carro para levar os professores até o Ciepinho, no Laboreaux. O titular da 27ª RA diz que solicitou, ainda, a pavimentação das ruas daquele bairro, de difícil acesso.

Escola profissionalizante: orgulho da Aspa

A menina dos olhos da Aspa fica no Largo do Boiadeiro, no Bairro Barcelos. É a Escola de Profissionais, fundada há mais de oito anos na Travesa da Luz, onde hoje funciona a creche. Lá, existem turmas de tecelagem, marcenaria, corte e costura, eletrônica-instalador e reparador de eletrodomésticos. Os monitores — alguns formados na própria escola — recebem salários através da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem).

Como em muitos outros casos, porém, o convênio entre a Aspa e a fundação não funciona a contento. Às vezes, as verbas da Funabem chegam com atraso e corroídas pela inflação.

Mas as turmas profissionalizantes não desanimam. Para driblar a falta de recursos, o pessoal da marcenaria presta serviços à comunidade. O di-

nheiro arrecadado é revertido para a compra de material. Segundo o instrutor Cláudio Alves da Silva — que aprendeu o ofício na Funabem —, só os banquinhos de madeira são feitos sem necessidade de encomendas. Muito procurados, eles custam R\$ 25 cada.

— Os alunos sabem fazer qualquer coisa em marcenaria. Uma porcentagem do lucro é depositada em uma conta de poupança e fazemos um rateio entre os alunos do curso no fim do ano — conta Cláudio, cuja filha tem apenas oito meses de idade, mas não está na escola. Mas ele não tem dúvidas: ou muda o sistema público de ensino ou ele vai matriculá-la em uma escola particular.

Favela conta com apenas quatro colégios municipais

A capacidade das escolas municipais é ainda menor que a dos centros comunitários. Existem apenas quatro estabelecimentos de ensino da Secretaria municipal de Educação, todos funcionando precariamente. Segundo Roberto Silva, Presidente da Associação de Moradores e Amigos do Bairro Barcelos (Amabb), a Paula Brito não tem professores suficientes e a Pastor Belarmino enfrenta dificuldades decorrentes da falta de espaço.

O Ciep Doutor Bento Rubião, na Cachopa, não tem este problema. A escola foi entregue pelo Governo estadual ao Município em julho de 1988, mas só começou a funcionar em 1.º de junho último e passa por uma época de adaptação. As aulas são em meio período e os alunos aprendem a conviver com o ambiente, recebendo noções de higiene e comportamento.

A Diretora do Bento Rubião, Terezinha de Souza Matias, acredita que essa fase terminará no fim do mês. Só então o número de alunos será aumentado: 150 já frequentam a escola, mas

há 311 esperando na fila. O corpo de professores também aguarda reforço: atualmente, dez lecionam na escola, mas o Ciep deverá receber outros 11.

Se o ritmo do Bento Rubião começa a esquentar, o mesmo não se pode dizer do Ciep Abelardo Barbosa, no Laboreaux — a parte mais alta da favela. Também conhecido como Ciepinho ou Escola do Lelé, ele está praticamente fechado desde que ficou pronto, em 1987. Há dois meses, uma professora começou a lecionar no local, de manhã, para 40 crianças de 1ª série. Na opinião do Presidente da associação de moradores daquele bairro, Antônio Pedro da Silva, a situação não poderia ser pior.

— Aqui no Laboreaux, só existem o Ciep e um centro comunitário. Não é possível um bairro com 364 moradores, dos quais cerca de 250 são crianças, ficar sem escolas. Elas passam o dia na rua — lamenta Antônio Pedro, que cursou até a 3ª série do Primeiro Grau no Nordeste.

COM A PARTICIPAÇÃO
DE TODOS UM DIA SERÁ
MELHOR.

Estudos, trabalho e as tarefas caseiras sobrecarregam alunos

Conciliar a escola com o trabalho e as tarefas caseiras é a sina dos estudantes da Rocinha. Filhos de famílias numerosas, eles não podem se dedicar integralmente aos livros e cadernos. O resultado disso está num aprendizado deficiente e até mesmo na evasão escolar.

Por enquanto, Cleosiana Vital de Souza, de 8 anos, está gostando da escola. Ela é uma das 40 privilegiadas alunas do Ciepinho, no Laboreaux, para onde entrou há cerca de dois meses. De manhã, ela aproveita a merenda da escola — suco e pão com queijo — e, à tarde, ajuda a irmã mais velha, de 11 anos, a tomar conta dos irmãos menores, de 5, 3 e 1 ano.

— Também arrumo a casa e lavo a louça. Antes de entrar para o Ciep, estudei no Centro Comunitário da Rua Um. O nome da minha professora era Nicinha — conta a desembaraçada Cleosiana.

Há ainda quem procure combinar os estudos com a formação profis-

sional. É o caso dos alunos do curso de marcenaria da Aspa, como Edmilson Batista de Oliveira Albuquerque e João Paulo Lopes de Melo, ambos de 12 anos. O primeiro estuda na Escola Municipal Luis Delfino, na Gávea, e gosta de matemática. Estudante da 4ª série da Escola Municipal Cristiano Harman, João Paulo, por sua vez, quer ser marceneiro e "fazer alguns biscates".

Mais ambicioso, Carlos André dos Santos sonha em ser gerente de banco. Ele tem 12 anos e estuda na Escola Municipal Paula Brito.

— Gosto de estudar. Português, matemática, ciências, tudo — afirma.

João Luis, de 4 anos, aluno do Centro Comunitário da Rua Quatro, ainda não foi introduzido nessas disciplinas. Mas nem por isso gosta menos do colégio, onde desenha e faz trabalhos com cola.

— Também escovo os dentes e faço bagunça — acrescenta.



Cleosiana Vital está gostando de estudar no Ciepinho

'Ensino informal': importância reconhecida até nos 'gabinetes'

Até nos gabinetes, a importância das "escolas informais" começa a ser reconhecida. Para Fátima Cunha e Mariléa da Cruz, respectivamente Secretárias de Educação do Estado e do Município, o Governo não pode fechar os olhos para a realidade educacional das comunidades carentes.

O reconhecimento, entretanto, não implica em verbas e apoio operacional a curto prazo. Segundo Mariléa da Cruz, só as escolas do Município deverão receber mais professores. Pelo menos por enquanto, os centros comunitários continuarão ligados à pasta de Desenvolvimento Social. Mas a Secretária de Educação diz que o titular da SMDS, Pedro Porfírio, está estudando a realização de um trabalho educativo com os agentes das "escolas informais".

— Assumi com as associações de moradores da Rocinha o compromisso de destinar mais professores às escolas municipais da região. Chamamos 150 aprova-

dos em concurso, mas só 90 se apresentaram. Por enquanto, a favela não vai receber todo o pessoal de que necessita. Mas dentro de pouco tempo convocaremos novos concursados — declara Mariléa.

A informação de Mariléa é enossada pelo 3º Distrito de Educação e Cultura (DEC), que também engloba a Rocinha. O DEC só não sabe dizer quantos professores serão destinados à favela.

Fátima Cunha, por sua vez, reconhece que o Governo Moreira Franco vem realizando um trabalho "mais assistencial do que educacional" na Rocinha. Mas ela diz que já procurou o Secretário estadual de Promoção Social, Nelson Moreira Franco, para discutir o ensino na favela:

— É obrigação do Estado manter escolas nessas comunidades. Não temos um projeto especial para a Rocinha, mas seria ideal que os estabelecimentos públicos de ensino agissem de acordo com a realidade das favelas.

A PRENDAM A CUMPRIR COM SUAS OBRIGAÇÕES.

TALVEZ DEPOIS DO RECONHECIMENTO ELES